

INTERFACES: POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA E DEMOCRÁTICA

A *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG* – é um periódico organizado e coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (Proex/UFMG) e é dedicada às ações e aos estudos extensionistas desenvolvidos nos contextos nacional e internacional. Em formato bilíngue (português-espanhol), objetiva contribuir com divulgação de relatos sobre a extensão, além de artigos contendo análises e reflexões sobre , os conceitos, as diretrizes, as experiências extensionistas e suas repercussões, buscando fortalecer o diálogo Universidade e Sociedade. Como desdobramentos desta publicação bianual, a UFMG espera contribuir com os processos de formação acadêmica, social e cidadã, com ênfase na democratização do conhecimento, com a ampliação dos direitos humanos, civis e sociais, assim como com o desenvolvimento de políticas públicas que envolvam questões contemporâneas.

A *Revista Interfaces* tem como meta selecionar textos que visibilizem as diretrizes da extensão da UFMG, que são alinhadas com a Política Nacional de Extensão (PNEU), desenvolvida de forma ampla e participativa, tanto no âmbito do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX), quanto no das próprias Universidades Públicas. Esta Política foi aprovada no XXXI Encontro Nacional, realizado em maio de 2012 na cidade de Manaus (AM) e ao final de 2018, homologou-se uma resolução que define as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira durante cerimônia do Conselho Nacional da Educação (CNE) em Brasília. Esta homologação define, assim, os princípios para a Extensão de todo o sistema de Educação Superior do país, reforçando que as diretrizes de extensão se oficializem como políticas de estado e sejam definidas como ações extensionistas todas aquelas que envolvam diretamente a comunidade externa às Instituições de Ensino Superior (IES). O documento também aprova o Plano Nacional da Educação e prevê, dentre outros aspectos, a inclusão da Extensão nos currículos e projetos pedagógicos dos cursos de graduação. O texto define também conceitos e princípios para a Extensão em todo o sistema de Educação Superior brasileiro, estabelecendo parâmetros de avaliação, registro e planejamento das ações extensionistas. A resolução foi elaborada a partir de construção coletiva a partir de uma série de encontros entre 2014–2018 que contou com representantes de órgãos públicos e privados envolvidos com a extensão no Brasil. O FORPROEX promoveu, durante este período, inúmeras visitas da direção nacional às instituições de ensino debatendo as diretrizes homologadas. A partir deste momento, a Extensão passa a ser definida como: “atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”¹.

Ressalta-se que com foco na atuação direta junto à comunidade externa, a Extensão pode ser desenvolvida nas modalidades de programa, projeto, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços, a partir da observação das diretrizes que orientam, também, sobre a importância da realização de atividades acadêmicas de extensão que devem fazer parte de, no mínimo, 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação. A normativa estabelece ainda que as IES cumpram os dispostos na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 e incluam, em seus Planos de Desenvolvimento

Institucional (PDI), a concepção de Extensão, assim como: planejamento das atividades institucionais da área; forma de registro das modalidades extensionistas; estratégias de inclusão da Extensão nos currículos e de participação dos estudantes nas atividades de Extensão; política de implantação do processo de autoavaliação e indicadores; e, por fim, previsão e estratégias de financiamento das ações extensionistas.

É importante destacar que as diretrizes nacionais de extensão sintetizam a Política Nacional de Extensão, sendo elas: (i) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; (ii) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; (iii) Impacto na Formação do Estudante; (iv) Impacto e transformação social; (v) Interação dialógica entre universidade e outros setores da sociedade. Neste sentido, reforçamos que o interesse institucional da Revista Interfaces tem como meta ética ampliar ainda mais o processo de democratização e, com este objetivo, a partir de 2019, contará com um novo Conselho de Política Editorial que possa articular, com mais ênfase, pautas distribuídas entre as oito áreas temáticas da extensão - Comunicação; Cultura; Direitos humanos e justiça; Educação; Meio ambiente; Saúde; Tecnologia e produção; Trabalho - equilibrando o conteúdo das edições. A ideia é que este Conselho possa auxiliar na mobilização ampla das chamadas para artigos e relatos, assim como na divulgação da revista em múltiplos contextos, dentro e fora da UFMG, contribuindo ativamente para a defesa de uma universidade democrática, pública e diversa.

Natacha Rena

Editora Chefe da Interfaces - Revista de Extensão UFMG

1 Ver <<https://www2.ufmg.br/proex/Noticias/Noticias/diretrizes-para-a-extensao-universitaria-no-Brasil>>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.